

5 Janeiro 2011

Violência comunal na Índia

O Governo indiano está a elaborar legislação para prevenir e controlar a violência comunal e actuar sobre as suas consequências. Ao fazê-lo, a Índia está a assumir uma atitude pró-activa na abordagem deste grave problema que tem afectado profundamente as comunidades muçulmana e cristã. O projecto de lei sobre a violência comunal (Prevenção, Controlo e Reabilitação das Vítimas) é, em princípio, bem acolhido pelos grupos afectados pela violência comunal, mas receia-se que não tenha sido tão eficaz quanto podia ser, nomeadamente porque, ao definir de forma muito restrita a violência comunal, correu o risco de excluir da punição os agentes de autoridade envolvidos em violência comunal, não estabeleceu medidas substanciais para proteger as vítimas e as testemunhas, e não contemplou a necessidade de um sistema uniforme de compensação.

O Relator Especial da ONU em matéria de liberdade de religião ou credo visitou a Índia, em 2008, tendo recomendado que «qualquer legislação específica sobre violência comunal deve ter em consideração as preocupações das minorias religiosas e não deve reforçar a impunidade das forças policiais comunais ao nível do Estado», estando agora o projecto-lei a ser reelaborado em concertação com representantes das minorias.

Na sequência do considerável interesse demonstrado pela UE relativamente à violência comunal ocorrida em Orissa, em 2008, tenciona a Comissão reforçar a mensagem do Relator Especial da ONU em matéria de liberdade de religião ou credo, em 2008, no sentido de que o Governo da Índia deve «ter em consideração as opiniões das minorias religiosas» ao elaborar esta legislação, e incentivar o Governo a tornar este acto legislativo pioneiro o mais forte e eficaz possível?